



## Ocupações de alunos em escolas brasileiras e TDIC

### The students' occupation in brazilian schools and TDIC

Adriana Tomaz

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

#### Resumo

No presente artigo, discutimos o movimento de ocupações estudantis em escolas da rede estadual no Brasil, ocorrido nos anos de 2015 e 2016. Partimos de uma contextualização do acontecimento e suas conexões com outras ocupações ocorridas anteriormente no Chile e na Argentina, bem como, recentemente, em estados brasileiros. O objetivo do estudo foi analisar as publicações sobre a temática das ocupações dos alunos no Brasil, por meio de publicações no Facebook, posts, hashtags e contatos pelo WhatsApp, que circularam durante o movimento. Temos como conclusão inicial que o movimento dos estudantes no Brasil foi bem sucedido em virtude das TDIC.

*Palabras chave:* TDIC, ocupações, discentes, perspectiva psicopedagógica.

#### Abstract

In the present article, we discuss the movement of student occupations in schools of the state network in Brazil, which took place in the years of 2015 and 2016. It started from a contextualization of the event and its connections with other occupations, previously occurred in Chile and Argentina, as well as, Recently, in Brazilian states. The aim of the studying was to analyze the publications about the students' of student occupations in Brazil, through publications on facebook, posts, hashtags and through whatsApp that circulated during the movement. We have as an initial conclusion that the students' movement in Brazil was successful owing to the TDIC.

*Keywords:* TDIC, occupations; students, psychopedagogical perspective.

#### Introdução

O presente artigo constitui uma proposta de estudo sobre o movimento de ocupações de estudantes nas escolas no Brasil, mas específico no Estado do Rio de Janeiro. De uma forma geral, o movimento de ocupação de escolas no Brasil, assim como no Chile e na Argentina, explicita insatisfações dos estudantes do ensino médio a respeito do cotidiano escolar e das políticas para essa etapa de ensino. Na análise do caso brasileiro, sugiro um recorte em duas ondas para melhor compreender como o movimento estudantil equacionou as ocupações. Durante as ocupações das escolas, denominadas por mim de *primeira onda*, os alunos questionaram políticas educacionais oriundas dos governos estaduais, que não tinham passado por um processo de compartilhamento com a comunidade escolar, conforme previsto em uma gestão democrática.

Na segunda onda, é possível observar que o movimento das ocupações se espalha por todo o território brasileiro com mais força, apoiado pelos institutos federais e universidades. Nesse momento, as reivindicações são motivadas pela rejeição às medidas do governo federal e não somente dos governos estaduais. Isso acarreta uma adesão maior das universidades, Escolas Técnicas, dos colégios de Aplicação e Colégio Pedro II. Dentre as reivindicações dos alunos, está a rejeição à medida provisória da reforma do ensino médio e à proposta de emenda à Constituição (PEC 241/2016, que prevê teto para os gastos públicos); manifestações contra o projeto de Lei “Escola Sem Partido”, popularmente conhecida como a “Lei da Mordaza”, e contra a medida provisória 746 (MP Nº 746), que trata da reforma do ensino médio. É de grande relevância as TDIC, entre alunos e professores durante o movimento estudantil causando um desencadeamento de um comportamento coletivo.

#### Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem exploratória, descritiva e analítica do tema, que levará em conta as percepções dos diferentes atores, que, no Estado do Rio de Janeiro, estiveram envolvidos direta ou indiretamente na ocupação das escolas, sem, contudo, deixar de considerar o contexto mais amplo, tanto nacional como internacional. Na perspectiva nacional no Brasil o movimento iniciou no estado de São Paulo. Entre novembro de 2015, mais de 200 escolas estaduais foram ocupadas no estado de São Paulo os alunos se manifestaram contra a reorganização das escolas em ciclos e assim iniciaram o movimento de ocupação das escolas no Brasil. O movimento trás a marca do que ocorreu em Junho de 2013 com o Movimento do “Passe Livre”, um movimento social que defendia a adoção da tarifa zero para transporte coletivo. O movimento foi fundado em uma plenária no Fórum Social Mundial em 2005, em Porto Alegre, e ganhou destaque ao participar da organização, em 2013, dos primeiros protestos em São Paulo por causa do aumento da tarifa de ônibus, que culminaram em protestos por todo país, ou seja algumas semelhanças, que ainda pautava os atos de rua, as manifestações nas vias públicas, com a indignação da população jovem, apontando para um caráter horizontal de fazer política.

Os estudantes da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro iniciaram o movimento, em março de 2016, de

tomada de escolas consoante ao que já havia acontecido nos estados de São Paulo, Goiás, Ceará, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais, Juiz de Fora e no Paraná. Os estados mais relevantes na primeira onda foram: São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro.

A ocupação das escolas paulistas ocorreu após um anúncio do governo de Geraldo Alckmin sobre o projeto de reestruturação da rede de ensino estadual, que pretende fechar quase uma centena de escolas, além de transferir milhares de alunos para instituir o ciclo único sem nenhuma consulta à população. Com a onda de adesões, o movimento ganhou força e ultrapassou a marca de cem escolas ocupadas, com apoio de pais, professores, funcionários da rede de ensino, movimentos sociais e da população paulista em geral, em que a participação da família reforçou o caráter social das manifestações.

Houve a ocupação de um aparelho público por seus beneficiários – os alunos – que, ao se manifestarem dessa forma, apontam para uma substancial insatisfação sobre o modelo de administração do governo paulista, tendo em vista a falta de diálogo dos representantes da população com os estudantes. Para além do fechamento das escolas, o movimento suscitou a qualidade do ensino. Assim, um grande desafio é debater, junto a toda a comunidade, a superlotação das salas de aula, a desvalorização do professor, a estrutura física das unidades de ensino, a gestão democrática, o grêmio livre, a necessidade de acessibilidade, dentre tantos outros temas.

O movimento que se iniciou em São Paulo potencializou a iniciativa dos estudantes de outros estados, em que a lógica foi de uma paralisação momentânea nas escolas brasileiras e, embora cada ente da Federação tivesse uma pauta específica, a manifestação nacional era em prol da valorização da educação pública.

Em Goiás, o movimento estudantil iniciou as ocupações das escolas em virtude da insatisfação com o novo modelo de gestão, que previa, no projeto-piloto, o início das medidas em 23 unidades da Subsecretaria Regional de Anápolis, que compreende as cidades de Anápolis, Abadiânia, Alexânia, Nerópolis e Pirenópolis. O novo modelo de gestão transfere a administração das escolas a entidades filantrópicas, classificadas como organizações sociais (OS). Os repasses públicos passam a ser feitos às entidades, que serão responsáveis pela manutenção das escolas e por garantir melhor desempenho dos estudantes nas avaliações empreendidas pelo estado, com autonomia para contratar professores e funcionários. É a efetivação de uma parceria público-privada com vistas a aprimorar a qualidade dos serviços, o que inclui prédios alugados e serviços que já estão sendo prestados por empresas terceirizadas.

Assim, o movimento teve início no dia 9 de dezembro de 2015, com a ocupação, em Goiânia, do Colégio Estadual José Carlos de Almeida (JCA), inativo desde 2014. Nas portas das escolas, vários cartazes pediam recuo da implantação do modelo das Organizações Sociais e enfatizavam que “Educação não é mercadoria”. Nos banheiros, inseriram dizeres que asseguravam o uso

por transexuais, conforme o gênero com o qual se identificam. De acordo com a secretária de Educação, Raquel Teixeira, que se diz aberta ao diálogo, as ocupações precisam ser vistas com preocupação. Há um temor por parte dos docentes, pois, com o novo modelo de gestão, eles se sentem ainda mais desvalorizados.

Para esse artigo, foi possível perceber o papel das redes sociais no processo de compartilhamento de significados e troca de informações dos estudantes por meio das TDIC e mapear as publicações e trocas de mensagens entre os alunos de diferentes escolas no estado do Rio de Janeiro.

O movimento de ocupação se caracteriza pela participação política não institucionalizada de coletivos de estudantes no espaço escolar, que é perpassada por relações mais horizontais e por propostas que, a um só tempo, rejeitam a política educacional e valorizam a escola. Também o papel que cumpriram as mídias sociais foi muito importante, marcando, por vezes, a relação da opinião pública com o movimento.

Assim, foi possível traçar alguns objetivos que foram desdobrados nas seguintes questões do presente artigo:

- De que maneira as redes sociais influenciaram no movimento estudantil?
- Como as redes sociais cooperaram para esse movimento?
- As ocupações das escolas demonstram a autonomia dos estudantes?
- De que maneira podemos relacionar práticas psicopedagógicas aos estudantes no movimento das ocupações?

## Resultados

Ainda como resultados preliminares, temos como hipótese que as escolas ocupadas pelos alunos com condições mais desejáveis, tais como colégios de aplicação e escolas em período integral, que aderiram ao movimento, principalmente, em apoio aos funcionários da educação, não necessariamente por falta de infraestrutura ou merenda, possuem alunos mais politizados, mais inseridos socialmente e possuidores de maior capital social e cultural do que a dos alunos de escolas com condições inferiores nos mesmos quesitos. Muitas não foram ocupadas pelo corpo discente de acordo com a análise das entrevistas.

*Iniciamos a ocupação e estava no meio do movimento, somos a melhor escola no resultado do Exame Nacional de Ensino Médio e do Sistema de Avaliação do Estado do Rio de Janeiro, os melhores resultados. O prédio é privado e cedido para a Secretaria Estadual de Educação. Ocupamos para apoiar os professores em greve e as outras escolas que não apresentam um resultado como o nosso nas avaliações (Moraes, 2016<sup>1</sup>).*

As redes sociais também foram de grande relevância para propagar o movimento e denunciar abusos sofridos pelos estudantes durante as ocupações. Assim, elas funcionaram como “arma de defesa” dos estudantes. No estado do Rio de Janeiro, os alunos marcavam os

<sup>1</sup> Entrevista concedida por MORAES, Frederico. *Entrevista I*. [jun. 2016]. Entrevistadora: Adriana da Silva Lisboa Tomaz. Rio de Janeiro, 2016.

encontros e as propostas de suas atividades pelas redes sociais. Suas rotinas apresentavam autonomia e responsabilidade com as tarefas a serem cumpridas, pois operavam e convidavam outros para cooperarem com o que estavam propondo, como uma escola mais dinâmica e colaborativa, por meio de rodas de conversa, confecções de cartazes, com uma produção coletiva e própria dos estudantes. Podemos relacionar as práticas psicopedagógicas aos estudantes no movimento das ocupações por meio de suas ações após uma heteronomia, ou seja, terem um modelo a ser seguido, mas ainda assim verificou-se que a ousadia foram de escolas com nível socioeconômico, entre alto e médio alto. As escolas não ocupadas apresentavam nível socioeconômico mais baixo. Dessa forma, uma das questões da investigação, que permeia o presente estudo em relação à reivindicação dos alunos, é: Seriam as escolas com maior nível socioeconômico que foram ocupadas? Esses dados foram possíveis de serem encontrados a partir de um mapeamento a partir do Censo Escolar 2016 das escolas de Ensino Médio da rede estadual do Rio de Janeiro e ainda serão mais explorados e discutidos no decorrer da pesquisa.

### Discussões

O presente artigo constitui uma proposta de um olhar psicopedagógico sobre as ocupações nas escolas do Brasil e as contribuições das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), que estavam presentes no cotidiano dos alunos durante todo o movimento estudantil. Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla que investiga o movimento de ocupações de escolas no estado do Rio de Janeiro.

De uma forma geral, o movimento de ocupação de escolas no Brasil, assim como ocorreram no Chile e na Argentina, explicita insatisfações dos estudantes do ensino médio.

Para analisar o caso brasileiro, foi realizado um recorte denominado de duas ondas para melhor compreender como o movimento estudantil equacionou as ocupações. Na primeira onda, de maneira pioneira no Brasil, as escolas iniciam um movimento, visando especificidades e demandas estaduais, dentro do qual se dá a primeira leva de ocupações, iniciadas no estado de São Paulo, seguidas pelo estado do Rio de Janeiro e de Goiás, com foco em atitudes impostas pelos governantes.

O movimento estudantil secundarista das ocupações no estado do Rio de Janeiro teve início no dia 21 de março de 2016, com a primeira tomada registrada no Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, na Ilha do Governador. O movimento trouxe o lema “Ocupa Tudo” e se estabeleceu em unidades de ensino em várias cidades do estado, como: Rio de Janeiro, inclusive em Regionais Metropolitanas e Secretaria de estado de educação. Em apoio à greve dos professores e funcionários, os alunos proporcionaram visibilidade e força às reivindicações dos servidores de diversos níveis da educação. As pautas foram específicas para cada unidade de ensino, porém é possível perceber um sentido de identidade por parte da comunidade escolar, que vem apontando para uma espécie de controle social, uma forma de

responsabilização dos agentes políticos. Ou seja, professores, alunos e demais profissionais da educação estavam reivindicando frente às autoridades o que lhes pertencia de direito.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 é claro: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Essa definição ainda é reforçada pelo artigo sexto da Constituição Federal como o primeiro dos direitos sociais.

Em um contexto de inúmeras iniciativas dessa natureza, a partir das reflexões de Giddens (2001), destaca-se que para renovação da esfera pública, é preciso alcançar maiores níveis de transparência e eficiência administrativa. O autor ressalta a importância de novos mecanismos de democracia direta, assim como o fortalecimento dos já existentes. A tendência dos governos, na atualidade, é investir na transparência (Filgueiras, 2011), de modo a proporcionar condições aos cidadãos de se informarem melhor e terem mais subsídios para uma participação mais assertiva nos assuntos públicos, com o objetivo de fomentar a cultura da transparência e desenvolver o controle social.

Nesse sentido, diante de um cenário de relações conflituosas, há um empoderamento dos alunos, que passam a exercer a cidadania por meio de exigências aos governantes, tais como mais transparência e participação nas tomadas de decisão, o que traz à luz a discussão da complexidade dos problemas educacionais e propõe mudanças para o Ensino Médio. Um ganho dos alunos, por meio do movimento, foi a Lei nº. 7.299, de 03 de junho de 2016, que estabelece a necessidade de processo eleitoral para a indicação de diretores na rede estadual do Rio de Janeiro, sancionada após o movimento. As inspirações para o movimento de ocupação das escolas no Brasil foram retiradas das mobilizações realizadas no Chile 2., em 2006, e na Argentina, em 2012. Na Argentina, por exemplo, o guia *Cómo Tomar un Colegio*, escrito por estudantes da *Frente de Estudiantes Libertários* (FEL), explica como ocupar uma escola e traz diversos tópicos, tratando do plano de ação para as ocupações e de questões ligadas à distribuição de tarefas e atividades a serem desenvolvidas no interior das unidades de ensino ocupadas. O guia foi lançado logo após o anúncio de um plano governamental de reorganização das escolas técnicas de Buenos Aires.

A Revolta dos Pinguins, em 2006, consistiu em um movimento de estudantes chilenos de ensino médio, que realizaram passeatas em protesto ao uniforme que utilizavam e também buscavam a gratuidade do exame de seleção para ingresso nas universidades, bem como transporte escolar e a melhoria da merenda e das instalações sanitárias escolares.

A área da educação, devido ao seu potencial formativo, e, em especial, a área da educação básica, tem sido a raiz de diversos protestos, a exemplo do México, em 2006, de modo que a educação passou a ser uma área estratégica

<sup>2</sup> Uma análise das ocupações promovidas no Chile é feita por ZIBAS, Dagmar M. L. “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 38, pp. 199-220, mai./ago. 2008.

para os movimentos populares. Com caráter educativo, o movimento das ocupações dos alunos acaba por fugir dos padrões até então tradicionais de manifestação, e mediante diálogos e confrontos, articula negociações diretas dos estudantes com as autoridades educacionais. Apontando para as reais necessidades dos estudantes, a tática abre espaços de interlocução direta do usuário do serviço educacional com os burocratas da educação de alto escalão, ainda que de maneira conflituosa, mas capaz de trazer alguns ganhos para comunidade escolar.

Gohn (2016) faz uma reconstituição da participação estudantil e dos jovens em movimentos e lutas pela educação no Brasil. Segundo a autora, movimentos dessa natureza atravessaram os séculos XIX e XX e chegaram ao século XXI em um novo ciclo, no qual, mais uma vez, demonstram que “querem participar, têm consciência das condições que vivem nas escolas e de outras que têm direito a ter, como merenda e educação de qualidade” (ibid., p. 9).

Ainda segundo Gohn (op.cit.), essas novas formas de manifestação juvenil apresentam aos governos uma série de desafios. Isso porque estão sendo executadas fora dos moldes clássicos e “[...] demandando educação, não apenas o acesso ou ‘Mais Educação’, mas demandando educação com qualidade, para além dos discursos e retóricas dos planos e promessas dos políticos e dirigentes” (GOHN, 2016, p. 2). A atualidade é marcada por elementos que têm um caráter inédito, como as novas formas de comunicação e sociabilidade proporcionadas pela internet e, dentro dela, pelas redes sociais, bem como a transnacionalidade e um espírito global que têm unido minorias e as acionado em qualquer lugar do mundo. Esses são fatores que, segundo Gohn (2016), têm trazido dificuldades para os governantes em dialogar com a maioria dos jovens. Isso porque

*na primeira década do novo século, preferiram as formas institucionalizadas de participação civil, dadas por conselhos, câmaras e grandes conferências nacionais e políticas específicas às mulheres, juventude, afrodescendentes ou áreas temáticas como alimentação etc. Muitos representantes institucionais, que atuam nestas estruturas institucionalizadas, advêm dos movimentos de forma identitária, formados a partir da onda de novos movimentos sociais que sacudiu o país ao final dos anos de 1970-1980 e parte dos 90. Eles não acompanharam as mudanças operadas no campo social. (GOHN, 2016, p. 10).*

No estudo do movimento dos estudantes secundaristas, devemos considerar teorias sobre os movimentos sociais surgidos nas últimas décadas. Os estudos de Alan Touraine (1991) e Makram Haluani (1994), que teorizam de forma geral sobre as novas formas de ação e de conflito social que se apresentam no capitalismo contemporâneo, são bons exemplos delas.

Outra referência teórica fundamental para análise está representada pela teoria da construção da identidade coletiva, cujos principais representantes são Alberto Melucci (1990), Alain Touraine (1990), e Claus Offe (1988). Esta teoria leva em consideração as mudanças estruturais do sistema capitalista, que dão origem aos novos movimentos sociais. Rompendo com o paradigma

tradicional, que via esses movimentos como expressão da luta de classes cujo principal protagonista era o movimento operário, esta teoria coloca em evidência os movimentos estudantis, feministas, ecológicos e pacifistas, que nada ou pouco têm a ver com a classe operária. Trata-se de novos atores com novos objetivos e novas formas de ação social., que se diferenciam das organizações formais tradicionais baseadas na hierarquização, na divisão de tarefas e na passividade da maioria de seus membros, pela existência de relações mais horizontais entre as pessoas, pela atividade, a participação, o compromisso.

A espontaneidade, a informalidade e o baixo grau de diferenciação, tanto horizontal como vertical, seriam, assim, traços que definem a organização dos novos movimentos sociais e que também colaborariam no entendimento de sua falta de continuidade.

### **Influência das tecnologias como ferramentas utilizadas para as ocupações das escolas**

Na perspectiva de Castells (2013), as comunidades virtuais utilizam as redes de comunicação para organizar as manifestações e denunciar o que acontece. Há um empoderamento dos arranjos participativos.

O movimento se torna legítimo, se aprimora e passa a ter visibilidade por meio das redes sociais, nas quais os estudantes publicam vídeos e atividades desenvolvidas na escola durante as ocupações. Não podemos negar o quanto as redes sociais fazem parte do cotidiano dos jovens, principalmente dos jovens urbanos, e o quanto que, por meio delas, foi possível fortalecer o movimento estudantil de ocupação das escolas.

As experiências em ocupações de escolas em outros países também foram compartilhadas com os alunos brasileiros, assim como entre os estados brasileiros. Durante o movimento, houve um compartilhamento de experiências, não somente entre os estudantes, mas também com a sociedade civil. No Brasil, para compreender a influência da atuação dos estudantes que participaram do movimento precisamos analisar as Redes Sociais dos mesmos. Nas relações que foram estabelecidas por meio de vínculos entre os estudantes e outros grupos da sociedade, como moradores e comerciantes do bairro, professores, universidades... É a partir desses vínculos que os alunos conectaram os grupos sociais das comunidades onde estudam e abriram os portões das escolas para que a sociedade pudesse participar, colaborando voluntariamente de forma apartidária com o movimento estudantil. Ao utilizar-se da metodologia de construção de redes sociais, onde o foco analítico são as relações e sua dinâmica entre os atores sociais.

*Para (Emirbayer,1997;Scott,1992;Warssermann&Fraust,1994 apud lotta2015p.152).”as redes sociais são definidas como base em dois elementos:atores,que podem ser indivíduos,grupos ou entidades;e suas conexões.”A rede social é um campo existente em um dado período,estruturado por vínculos entre indivíduos, grupos e organizações que tem natureza diversas”(LOTTA,p152) .*

A rede, então pode ser vista como composta por várias camadas, em período distinto e determinada por um tipo de relação, segundo (Marques,1999 apud Lotta2015). Durante as ocupações das escolas os alunos criavam vínculos entre eles da própria unidade escolar e com alunos de outras escolas mais próximas, tanto para se defenderem, como para criarem novas estratégias que fortalecesse o movimento. Um exemplo desse fato ocorreu com os alunos do Colégio Visconde de Cairú, ao organizarem no bairro do Méier, local em que a escola está situada o 1º Ato das escolas ocupadas do grande Méier, uma concentração na praça principal do bairro, convocando as demais escolas e dando visibilidade ao movimento para toda comunidade, mais tarde com atuação de outros atores novos desdobramentos foram ocorrendo transcendendo a comunidade local. Assim foi possível o OCUPA PUC, com a participação de alunos de várias escolas, professores da graduação e da pós-graduação da universidade PUC-RJ. Os alunos ao participarem do movimento estudantil mostraram o que realmente estava acontecendo no meio dos estudantes. É possível perceber nessas ações, a coragem e autonomia desses atores. De acordo com Neves, *a psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando sempre em conta as realidades internas e externas da aprendizagem, tomadas em conjunto...*(1991,p.12).

Diante do movimento estudantil, a relação ensinar e aprender era explícita por meio de diferentes atividades pedagógicas propostas pelos alunos de maneira coletiva com utilização de diversas ferramentas. Na perspectiva que a aprendizagem é um processo dialético as ocupações dos estudantes foi uma oportunidade de novas aprendizagens e novos ensinamentos.

### Referências

- Bossa,Nádia. *A Psicopedagogia no Brasil:contribuições a partir da prática*.Porto Alegre:Artes Médicas,1994
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Costa, L. *Entrevista concedida a Adriana da Silva Lisboa Tomaz*. Rio de Janeiro, junho de 2016.
- Giddens, A. *A terceira via: reflexões sobre o impasse atual e o futuro da social democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001 .
- Gohn, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- Gohn, *Movimentos sociais na contemporaneidade*. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.16, n.47, mai./ago. 2011.
- Lotta, G. S. *Burocracia e implementação de políticas de saúde: os agentes comunitários na Estratégia Saúde da Família*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.p. 322.
- Mal-Educado: *luta e organização nas escolas*. Disponível em <https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/21/como-ocupar-um-colegio-versao-online/>. Acesso em: 28 de março de 2017.
- Martuccelli, D. (2015). *As sociologias do indivíduo e suas metodologias*. Coordenação de Paulo Carrano (Minicurso). GT 03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos da 37ª Reunião da ANPED. 1 vídeo (100 min.), digital, son., color. Niterói: Observatório Jovem do Rio de Janeiro.
- Offe, C. *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. *Espacio Abierto, Madrid*, v.14, n.4, p.589-607, out./dez. 2005.
- Sibilia, P. (2012). *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão* (pp. 224). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Silva, E.R.A. (2016). *Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas*. Brasília: Ipea
- Soz,Beatriz J.L. et al *.Psicopedagogia-o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional*.Porto Alegre :Artes Médicas,1987.
- Visca,J.*Psicopedagogia:novas contribuições*. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1991.
- Zibas, D. M. L. *A Revolta dos Pinguins e o novo pacto educacional chileno*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 38, pp. 199-220, mai./ago. 2008.